

Globalização e Transformações nas Relações de Trabalho: Resultados Espaciais das Políticas Neo-liberais

Trabalhando com as relações entre espaço, sociedade e economia, este artigo analisa os resultados espaciais do processo de adaptação do Médio Vale do Itajaí - SC à economia globalizada. A reestruturação produtiva, necessária para a inserção competitiva das indústrias da região na divisão internacional do trabalho, fez-se acompanhar do reordenamento regional, a partir da desverticalização da estrutura industrial e conseqüente aumento das relações e dos fluxos espaciais. A ineficiência do Estado como promotor do desenvolvimento fez com que a reestruturação produtiva, movida, predominantemente, pela lógica do mercado, fosse marcada por alto custo social. O novo padrão técnico-produtivo da acumulação flexível gerou um processo brutal de transformações, imposto pela abertura indiscriminada dos mercados e novas condicionantes da inserção econômica mundial, gerando desemprego e precarização das relações de trabalho. A nova dinâmica de organização da produção gerou novas espacialidades, com a dispersão da atividade produtiva e aumento da interdependência regional. Torna-se evidente, então, que o espaço geográfico é, cada vez mais, um elemento estratégico para o processo de reprodução ampliada do capital e que o Estado deve assumir seu papel de formulador de políticas públicas e promotor do desenvolvimento.

Introdução

Este artigo analisa os resultados espaciais das políticas neoliberais pós 1990 no Médio Vale do Itajaí - SC, a partir das transformações das relações de trabalho sob efeito da globalização. A região, polarizada por Blumenau, é predominantemente industrial, e sofreu um profundo processo de reajustes no período analisado. O artigo está estruturado da seguinte maneira: parte da organização produtiva do Médio Vale do Itajaí e de sua rede urbana constituída historicamente para, baseado em referencial teórico sobre as novas determinações produtivas e a flexibilização dos processos de trabalho, analisar as alterações espaciais regionais. O espaço local será analisado, então, como síntese das heranças históricas e da redefinição de sua estrutura sócio-produtiva. A adaptação às novas determinações do processo de acumulação econômica faz-se, no entanto, mediada pelo Estado, a partir da redefinição de sua inserção no cenário mundial. No caso brasileiro, as políticas econômicas e sociais, adotadas após a década de 90, favoreceram o processo de reestruturação industrial com alto custo social em termos de falências, desemprego e precarização do trabalho. A região industrial do Vale do Itajaí, historicamente caracterizada por elevado nível de emprego e de qualidade de vida, assistiu à brusca transformação de sua estrutura sócio-espacial.

Organização Produtiva do Médio Vale do Itajaí

Este artigo trabalha com as relações entre espaço, sociedade e economia, no final do século XX, no Médio Vale do Itajaí - SC. A reestruturação produtiva do período gerou um resultado espacial que caracteriza um reordenamento regional, com alteração da organização espacial da atividade econômica. Trata-se, portanto, de uma tentativa de interpretação das transformações recentes na estrutura sócio-espacial do território e da dinâmica que o processo de reestruturação produtiva impõe à produção do espaço.

O Médio Vale do Itajaí, com área de 4.485 km² (5% da área do Estado de Santa Catarina), localiza-se no trecho mediano da bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu, e é constituído por quatorze Municípios polarizados por Blumenau: Apiuna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Dr. Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó. Esta regionalização é a tradicionalmente adotada pela AMMVI - Associação de Municípios do Médio Vale do Itajaí, refletindo os vínculos socioeconômicos e territoriais destes Municípios. A população total do Médio Vale do Itajaí, em 2000, segundo o IBGE - Instituto de Geografia e Estatística, era de 539.088 habitantes (10,08% da população do Estado), dos quais 87,17% urbanos. A estimativa populacional para 2005 era de 604.644 habitantes, segundo o IBGE.

Figura 1 – Vistas Aéreas de Blumenau, Gaspar e Botuverá

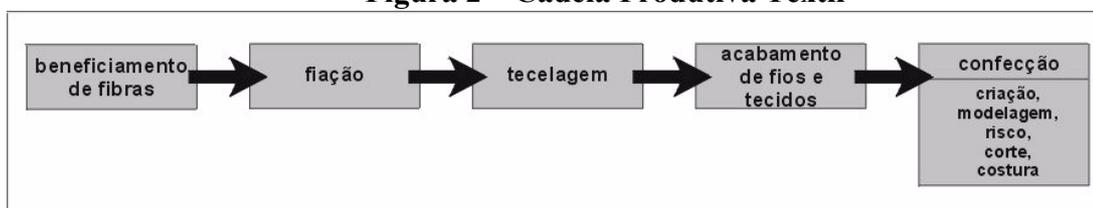


fonte: www.furb.br/observatorio

O espaço regional do Médio Vale do Itajaí, que foi produzido a partir de seus espaços de produção, é hoje uma das regiões mais industrializadas de Santa Catarina. O setor têxtil é o que predomina na região, formando um APL - Arranjo Produtivo Local altamente especializado (CAMPOS, CÁRIO E NICOLAU, 2000, p.4). Em 2000, o Médio Vale do Itajaí contava com 4.191 estabelecimentos industriais e 81.611 empregos industriais formais. Blumenau, que concentrava 49% da população regional, respondia também por 35% dos estabelecimentos industriais e 40% dos empregos industriais (IBGE, Censo 2000).

Considerando a predominância do setor têxtil da área de estudo, é importante conhecer sua caracterização para a compreensão do processo de reestruturação produtiva no Médio Vale do Itajaí. O setor têxtil produz bens de consumo simples ou não duráveis. O complexo têxtil-vestuário é caracterizado por uma cadeia produtiva linear, na qual os produtos finais de cada etapa são os principais insumos das etapas seguintes. As etapas desta cadeia produtiva são: o beneficiamento das fibras; a fiação; a tecelagem; o acabamento de fios e tecidos; e a confecção. Esta última etapa envolve, por sua vez, a pré-montagem; a criação; a modelagem; o risco; o corte e a costura. Como cada um dos produtos intermediários pode ser comercializado de forma independente – fios, tecido, etc, o setor têxtil adapta-se especialmente bem à produção de forma terceirizada ou desverticalizada, que foi uma das características mais marcantes da reestruturação produtiva do Médio Vale do Itajaí.

Figura 2 – Cadeia Produtiva Têxtil



fonte: SIEBERT, 2006.

Dentro da cadeia produtiva têxtil-vestuário, há, no Médio Vale do Itajaí, uma forte especialização nos segmentos de confecção e de cama-mesa-banho. De acordo com a análise conjuntural da indústria confeccionista brasileira, elaborada pelo BNDES (1996), o setor de confecções é constituído por um grande número de unidades de pequeno porte. Isto é

explicado pelas reduzidas barreiras tecnológicas existentes, sendo o equipamento básico utilizado a máquina de costura, de fácil domínio. Além disso, a diversificação da demanda, com grande número de modelos ao longo do ano, torna o mercado da confecção antieconômico para grandes firmas, exigindo flexibilidade do sistema produtivo. Estas características do setor de confecções foram fundamentais no processo de reestruturação produtiva do Médio Vale do Itajaí.

A Rede Urbana do Médio Vale do Itajaí

Como está organizado o território no Médio Vale do Itajaí? Seus municípios formam uma rede urbana polarizada por Blumenau, que concentrava em 2000 a população (49%), as indústrias (35%), a mão de obra industrial (40%) e os empregos no setor terciário (63%) da região (IBGE, Censo 2000). Em função de sua localização geográfica, e condicionantes históricos, Brusque e Timbó assumiram a função de sub-pólos dentro da região, polarizando suas próprias microrregiões. Todos os 14 municípios que constituem o Médio Vale do Itajaí originaram-se, direta ou indiretamente, de Itajaí, a partir dos desmembramentos de Blumenau (1880) e Brusque (1881). Ao longo dos sucessivos desmembramentos, Blumenau consolidou sua condição de principal localidade central do Médio Vale do Itajaí, com o crescimento expressivo de suas funções centrais (SIEBERT, 1996, p.95).

Em termos de dinâmica demográfica, Blumenau ainda recebe os maiores acréscimos populacionais, em valores absolutos, mas o ritmo de seu crescimento vem decaindo desde 1970. O crescimento dos municípios no entorno de Blumenau acompanha o processo de dispersão espacial das indústrias na região, refletindo, também, a saturação das áreas planas de Blumenau.

No Médio Vale do Itajaí, a ocupação antrópica acompanhou, desde o período colonial, os fundos de vale do Rio Itajaí e de seus afluentes. Os principais eixos rodoviários de escoamento da produção também foram implantados ao longo dos cursos d'água, de maneira que esta tornou-se também a locação preferencial das indústrias.

Teorizando a Reestruturação Produtiva

Após a Segunda Guerra Mundial, e se acelerando nos anos 1970, configura-se o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1993, p.35), tendo em vista que a informação e o conhecimento, que representam riqueza intangível, passam a ser elemento preponderante do processo de acumulação. Os avanços científicos e tecnológicos da Terceira Revolução Industrial possibilitaram baratear e agilizar os transportes e as comunicações. A agilidade na circulação de mercadorias e de informações, inclusive de fluxos financeiros, gerou maior interdependência entre as economias nacionais – globalização – e transformou a maneira de produzir. Para Santos (2000, p.23), *“a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista.”*

Esta fluidez, que parece contrair o espaço e o tempo, no entanto, não deve levar-nos à equivocada conclusão de que o espaço perdeu importância, pois, ao contrário, a globalização levou à reafirmação das tendências de aglomeração em diferentes partes do mundo (SCOTT, 2000, p.47 e SCOTT e STORPER, 2003, p.585). Ou seja, o desenvolvimento ocorre de forma concentrada e não difusa, contrariando a vertente globalista que acreditava na homogeneização do espaço ou desterritorialização. Scott afirma que "*um dos aparentes paradoxos atuais da teoria social é que, precisamente quando ela se preocupa com visões de um mundo que encolhe e uma nova ordem global, ela simultaneamente proclama a redescoberta significância da geografia no arranjo dos assuntos humanos*" (SCOTT, 2000, p.1). A re-valorização da componente espacial na análise do desenvolvimento regional tem sido chamada de re-territorialização do desenvolvimento (KLINK, 2001, p.22). Para Geiger (2001, p.1754), a ressurgência da questão regional nos leva a pensar a região geográfica e politicamente, "*sua construção e reconstrução, no tempo e no espaço*", associando a escala local à escala global.

Lamentavelmente, à medida que densas redes de fluxos tangíveis e intangíveis cobriram o território, possibilitando a interação entre pessoas, empresas e lugares em níveis inéditos na história, foram facilitados, simultaneamente, tanto a cooperação quanto a competição econômica (PIQUET, 2000, p.5). Competição esta que significou, nas palavras de Lojkin (2002, p.21), um "*formidável retorno à precarização do trabalho, atenuada pelo eufemismo ambivalente da flexibilidade*", caracterizando mais uma perversão econômica do que uma necessária mutação sócio-econômica.

A reestruturação produtiva do final do século vinte transformou a rigidez do modo de produção fordista em um sistema flexível, altamente competitivo em nível global, alterando a divisão internacional do trabalho. Tirando proveito da possibilidade de dissociar geograficamente a concepção, a fabricação qualificada e a montagem desqualificada, foram transferidas para os países periféricos as atividades menos qualificadas, aproveitando seus salários mais baixos (LIPIETZ, 1988, p.89) e, em alguns casos, um mercado local crescente. A busca da mão-de-obra mais barata como vantagem comparativa na localização de novas indústrias é conhecida como *dumping* social. As empresas verticalmente integradas se desintegraram, separando atividades complementares, para comprá-las ou subcontratá-las no mercado a menor preço. É o processo conhecido como terceirização ou desverticalização, que tornou as unidades fabris menores e mais especializadas. Os setores capital-intensivo foram mantidos nas grandes empresas, enquanto que as etapas intensivas em trabalho, de caráter mais concorrencial e com menor rentabilidade, foram destinadas às empresas terceirizadas (PIMENTA, 2003, p.70).

Esta nova maneira de organizar a produção modificou a divisão internacional do trabalho. No novo paradigma tecnológico mundial, a introdução da microeletrônica nos processos produtivos e de comercialização, iniciada nos anos 80, trouxe consigo a automação industrial em níveis que chegam a prescindir da força de trabalho. A difusão das inovações tecnológicas aumentou a produtividade e, simultaneamente, eliminou milhões de empregos em todo o mundo, criando o desemprego estrutural, que gerou uma massa de excluídos sociais – excluídos simultaneamente do mercado de trabalho e do mercado de consumo. Desses desempregados, muitos partiram para a economia informal, ou passaram a trabalhar como prestadores de serviços aos seus ex-patrões, na forma de terceirizados, com seus vínculos empregatícios e condições de trabalho frequentemente precarizados. Integram-se assim, de forma complementar, mas parasitária, os circuitos superior e inferior da economia descritos por Santos (1979, p.204). No circuito superior estão as empresas de alta tecnologia inseridas na economia global, enquanto no circuito inferior estão as empresas informais e os profissionais autônomos.

A Terceira Revolução Industrial fez com que a microeletrônica assumisse a hegemonia que havia sido do setor metal-mecânico na economia mundial. Os mecanismos eletrônicos de controle digital possibilitaram que a automação fosse programável, e não apenas mecânica e repetitiva, flexibilizando os fluxos de produção, adequando-os à demanda, sem perda de economia de escala. A produção padronizada em massa fordista se flexibilizou, reestruturando o processo produtivo. A flexibilização do mercado de trabalho deu-se a partir das altas taxas de desemprego, que enfraqueceram os sindicatos, permitindo que as empresas impusessem regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. O emprego regular tornou-se escasso e aumenta assim o trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 1998, p.143). O novo modo de produção foi alcançado, segundo Harvey (1998, p.151-152), por dois desenvolvimentos simultâneos: o das informações e o do sistema financeiro global. O acesso a informações atualizadas (conhecimentos técnicos e científicos, políticas de governo e econômicas) “*tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados*”, constituindo importante vantagem competitiva. Com a desregulamentação financeira, a inovação tecnológica, a revolução da informação e a redução dos custos e do tempo de transporte, ocorreu a

dispersão e a fragmentação geográfica dos sistemas de produção, das divisões do trabalho e das especializações das tarefas, embora o mais das vezes em meio a uma crescente centralização do poder corporativo por meio de fusões, assunções agressivas de controle ou acordos de produção conjunta que transcenderam as fronteiras nacionais (HARVEY, 2004, p.92).

Em termos de política econômica, a partir da década de 1970, o déficit público, as balanças comerciais negativas e as altas taxas de inflação nos países do bem-estar social, levaram ao abandono da economia keynesiana e à adoção de políticas monetaristas de proteção à moeda. É neste período que o liberalismo da teoria clássica retornou na forma de neoliberalismo, difundindo-se como política econômica segundo a qual o Estado deve deixar o mercado livre para a iniciativa privada e para o empreendedorismo, limitando sua atuação às áreas de saúde, segurança e educação. Com o neoliberalismo, o período da reestruturação produtiva correspondeu à inserção submissa do estado dos vários países em desenvolvimento – dentre eles, o Brasil - e à abertura indiscriminada ao comércio internacional, sem a criação de mecanismos reguladores de proteção das empresas nacionais, caracterizando a acumulação por dispossessão (HARVEY, 2004). São características do neoliberalismo: a eliminação das barreiras alfandegárias, a flexibilização da legislação trabalhista, a privatização ou desestatização, a concentração do capital, o aumento do desemprego e o aumento da desigualdade socioeconômica. O neoliberalismo, ao negar a mediação do Estado, acentua a característica excludente e concentradora de renda do capitalismo.

Segundo a visão neoliberal, a globalização seria um processo inexorável, “*ao qual todas as economias teriam obrigatoriamente que se ajustar, segundo uma fórmula única*”, pois “*a economia mundial estaria subordinada a forças incontroláveis, que se sobreporiam ao poder dos Estados-nações*” (DINIZ, 2000, p.17). Para Lojkin (2002, p.21), esta concepção da inevitabilidade da mundialização é ideológica, e tem por objetivo a aceitação de um processo histórico que nada tem de irreversível. A globalização não é um processo sujeito apenas à racionalidade econômica, mas também a uma lógica política (DINIZ, 2000, p.21), expressando uma configuração particular de interesses. Desta forma, em vez do Estado mínimo, a globalização precisa ser enfrentada por um Estado que defenda, de forma eficiente, setores estratégicos no processo de inserção externa, e que se articule, de forma sinérgica, com a sociedade civil. No novo cenário, o Estado deveria ser capaz de formular uma política industrial que favorecesse a produção sem, contudo, negligenciar a geração de empregos.

A Reestruturação Produtiva Nacional

No período 1980 – 2000, a relação Estado – indústria alterou-se radicalmente no país, rompendo os ciclos de desenvolvimento anteriores. A industrialização brasileira teve três momentos de grandes avanços, todos impulsionados por políticas estatais: na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas; na segunda metade da década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek; e na década de 70, durante a ditadura militar, no período que ficou conhecido como o milagre econômico. Nestes períodos, o impulso para a industrialização, na ótica da substituição de importações, partiu de um Estado intervencionista, com contornos nacionalistas – o Estado nacional-desenvolvimentista (TAVARES, 1982). A partir dos anos

1980, houve uma "virada" liberal. Estatismo, nacionalismo e intervencionismo foram substituídos por mercado, livre iniciativa e internacionalismo (DINIZ, 2000, p.59). O Estado deixou de ser o articulador do desenvolvimento industrial, e a inflação, crescente desde a década de 1950, passou a ser o foco da ação do Estado em planos de estabilização.

Castro (2001, p.3-5) refere-se à década de 1980 como um período de "hibernação". Enquanto no mundo desenvolvido se adotavam novos métodos organizacionais e novas técnicas produtivas, o Brasil permanecia à margem da onda de renovação e mudança que varria as regiões industrializadas. A década de 1980 foi também de muita instabilidade na política econômica, com uma sucessão de mal sucedidos planos de combate à inflação em experimentos heterodoxos de estabilização econômica: Plano Cruzado I e II, Plano Bresser, Plano Verão, todos no Governo de José Sarney, de 1985 a 1990 (LACERDA, 1999).

Não houve, neste período, planejamento de longo prazo ou política de desenvolvimento industrial consistente. A instabilidade macroeconômica do período gerou um ambiente adverso para os investimentos produtivos, comprometendo assim o crescimento futuro. Neste período, o aprofundamento da globalização impôs o esgotamento da industrialização por substituição de importações, ou seja, protegida e voltada para o mercado interno. Na busca de novas formas de inserção na divisão internacional do trabalho, o Brasil adotou a agenda neoliberal de ajuste, preconizando o refluxo do Estado, com o enxugamento da máquina burocrática, e a primazia do mercado (DINIZ, 2000, p.18). Esta política tornou a economia brasileira externamente vulnerável às oscilações na conjuntura internacional, com uma inserção externa desvantajosa que gerou um círculo vicioso de efeitos perversos.

Na década de 90, a abertura precipitada da economia para o mercado internacional, por meio da drástica redução de barreiras tarifárias, colocou varias indústrias em uma situação direta de concorrência com produtos importados, levando à necessidade de rápida reestruturação do setor produtivo. A política industrial do Governo Collor significou uma ruptura com o período de substituição de importações, pois, em suas diretrizes gerais, estabelecia que a necessidade de se utilizar de forma mais eficaz as forças de mercado para induzir a modernização tecnológica do parque industrial e para aperfeiçoar as formas de organização da produção e da gestão do trabalho. Para isto, foi desmontado o sistema de proteção e incentivos construído ao longo de décadas anteriores (GUIMARÃES, 1996, p.7-9).

Em 1994, o Plano Real trouxe estabilidade à moeda, no primeiro plano bem sucedido de combate à inflação. Com a moeda sobre controle, o consumidor ganhou em um primeiro momento, pela maior disponibilidade de bens e serviços a melhores preços. Houve uma verdadeira explosão do consumo de massa, com o aumento do consumo de bens não perecíveis. O custo social do Plano Real, no entanto, foi cruel. Ele dificultou o crescimento da economia com seus juros altos e a maxidesvalorização cambial inundou o mercado nacional

com produtos importados, especialmente do sudeste asiático, onde o custo do trabalho era ainda menor que no Brasil (SINGER, 1999, p.31), e desestimulou as exportações, com impacto nefasto sobre a indústria nacional e sobre o Médio Vale do Itajaí.

O custo da estabilização econômica foi a recessão, o agravamento da vulnerabilidade externa, o fechamento de indústrias, a desnacionalização do parque industrial brasileiro, o aumento do desemprego e a elevação das dívidas interna e externa. Além disso, o crescimento sustentado da economia continuou entravado por um ambiente desfavorável de juros altos, tributação excessiva e burocracia paralizante. O resultado da adoção de uma inserção internacional subordinada, de abertura comercial e financeira indiscriminada, da sobrevalorização cambial e dos elevados juros foi, para a indústria, uma especialização produtiva regressiva, com ampliação da desnacionalização e da desindustrialização (MATTOSO, 1999, p.123-124). Diniz (2000, p.92) sintetiza em sua análise o impacto do modelo neoliberal na indústria brasileira em pleno processo de globalização:

Como resultado do processo de globalização e das políticas governamentais de estabilização e de ajuste, notadamente a abertura comercial e a liberalização dos fluxos financeiros, o setor empresarial passaria por profunda reestruturação e renovação internas. Setores inteiros foram desativados ou desnacionalizados, como os setores têxtil, de calçados, bens de capital, eletrodomésticos, produtos de higiene e limpeza e autopeças, entre outros.

Verificou-se na década de noventa, portanto, uma profunda desestruturação do aparato produtivo que havia se desenvolvido com base na substituição de importações. Rompendo a tradição nacional-desenvolvimentista que impulsionou a industrialização brasileira desde a década de 1930, a política industrial do período 1980-2000, focada na competitividade, foi na verdade apenas uma política de liberalização comercial (GUIMARÃES, 1996, p.20). O resultado deste novo modelo de Estado foi devastador. A reestruturação do parque industrial brasileiro se deu com o cruel sacrifício de empregos, de empresas privadas e do patrimônio público. Os ganhos de competitividade foram alcançados por esforços predominantemente do setor privado, sem o apoio de uma política industrial efetiva, e sem a preocupação com a preservação dos empregos.

Na verdade, ao promover a desregulamentação do trabalho, o Estado brasileiro permitiu sua precarização com a Lei Federal 9.601/1998, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado. A ausência do Estado no processo de reestruturação produtiva obrigou as empresas, acostumadas a benesses e privilégios, a lutarem por sua própria sobrevivência. A omissão do Estado, a quem cabia proteger a população de baixa renda, deixou-os à mercê do novo sistema produtivo. Como exemplo, apenas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, área de antiga tradição industrial, desapareceram 184.000

ocupações com carteira assinada entre 1987 e 1996 (PIQUET, 2000). Na região de Americana - SP, maior pólo produtor de tecidos planos de fibras sintéticas da América Latina, responsável por 85% da produção nacional (LIMA, 2002), houve uma redução de 17.700 empregos (57% do total) e de 821 empresas (55% do total) de 1990 a 1998 (CASTRO, 2001, p.16).

Com a abertura comercial às importações e com a sobrevalorização do Real dificultando as exportações, o setor têxtil nacional foi duramente atingido e sofreu enorme redução no número de empresas e empregos na década de 90: 2.990 empresas têxteis fecharam de 1990 a 1999, e 295.626 postos de trabalho foram perdidos (MAGHELLI, 2001). O Médio Vale do Itajaí, caracterizado, na época, pela predominância quase total do setor têxtil e confeccionista, sentiu de perto e de forma aguda, os resultados deste processo.

A Reestruturação Produtiva do Médio Vale do Itajaí

Para Blumenau, e por consequência, para sua região, como já alertava Singer (1968), a excessiva concentração no setor têxtil acabou mostrou-se como vulnerabilidade, já que as crises se propagam com muita velocidade, não sendo amparadas pela estabilidade ou desenvolvimento de outro setor da economia, o que aumenta seu impacto (SIEBERT, 1999, p.118). Nas últimas décadas do século vinte, tendo que se adaptar ao novo regime de acumulação, à abertura do mercado nacional e à desvalorização da moeda, a economia do Médio Vale do Itajaí, propulsionada por Blumenau, e, em especial, o seu setor secundário, atravessou um período turbulento, no qual se sucederam períodos de crescimento, estagnação, retração, reestruturação e, finalmente, retomada do desenvolvimento.

Como havia acontecido com o setor têxtil nacional, também no Médio Vale do Itajaí os anos de prosperidade da década de 1970 não foram acompanhados por investimentos em modernização da gestão e da produção. Após o período expansivo da década de 1970, a década de 80, houve uma inflexão, com declínio acentuado da atividade econômica de Blumenau e ajustamento à crise nacional, com efeitos em toda a região. A crise agravou-se na primeira metade da década de 90, pois iniciaram os problemas com a concorrência estrangeira “*quando o Brasil, deliberada e subitamente abriu sua economia à competição internacional*” (CUNHA, 1992, p.248). A indústria têxtil nacional viu-se concorrendo com produtos de empresas estrangeiras, principalmente as asiáticas, que utilizavam mão-de-obra extremamente barata e baixo custo de produção, resultando diretamente num menor preço final para o consumidor.

A segunda metade da década de 90 viu a retomada do desenvolvimento econômico na região, com a indústria se recuperando das perdas dos anos anteriores ao adotar novas estratégias competitivas e reestruturar suas redes de relações externas. A reação das empresas às sucessivas mudanças de cenário foi surpreendente, mas com consequências sociais muitas

vezes cruéis. As indústrias do Médio Vale do Itajaí buscaram se inserir na divisão internacional do trabalho através de exportações, reduzindo custos e aumentando o valor agregado de seus produtos. As indústrias buscaram ainda se adaptar ao modo de produção flexível, com enxugamento dos quadros funcionais das empresas, tanto nas áreas administrativas (reengenharia), quanto na produção, intensificando consideravelmente a terceirização e a automação. Ou seja, como observou Harvey (1998, p.179), nesta transição há uma convivência entre a produção fordista altamente eficiente, com sistemas de produção flexíveis e artesanais. A produção fordista ocorre, por exemplo, na automação da indústria têxtil nos setores de fiação e tecelagem, e na indústria de plástico na moldagem de peças; e a produção flexível e artesanal ocorre, por exemplo, nas confecções e; na indústria de plásticos, na montagem de brinquedos.

Storper (1990, p.141) considerou Blumenau uma zona incipiente de produção flexível, em uma analogia aos distritos industriais da Terceira Itália, mas como lembrou Pimenta (1996, p.85), o processo de flexibilização das indústrias do Vale do Itajaí são o resultado de uma "*construção histórica totalmente particular*". Realmente, no Médio Vale do Itajaí, a flexibilização foi introduzida como estratégia das grandes empresas para reduzirem seus custos fixos com folha de pagamento, mantendo, contudo, o controle sobre o processo de concepção e de produção.

A concorrência forçou as empresas a se modernizarem, na busca de maior competitividade para se inserirem na divisão internacional do trabalho. A modernização, especialmente no setor têxtil, passou pela disseminação de novos métodos e técnicas organizacionais; e pela difusão de máquinas que possibilitaram maior produtividade nos processos industriais. Foi mínima a modernização pela difusão de novos materiais como a fibra sintética. A modernização baseada na automação ocasionou, por um lado, aumento nos níveis de desemprego em Blumenau, e por outro lado, inúmeros avanços tecnológicos por parte das indústrias, fazendo as empresas produzirem mais e com maior rapidez, barateando os custos.

Com o processo de reestruturação produtiva, surgiu um novo cenário, como exemplificam os dados a seguir, extraídos de Siebert (2006). A Hering, que havia atingido sua capacidade máxima em 1981, produzindo um milhão de dúzias/mês e contando com mais de vinte mil colaboradores, deixou de ser a maior empresa da região, adotando o sistema de terceirização. A Artex foi vendida para a Coteminas. A unidade de fraldas descartáveis da Cremer foi adquirida em 1997 por uma multinacional e desativada em 2002. A Sulfabril entrou em concordata em 1999. A Gaitas Hering faliu em 1990 e, após lenta agonia, suas instalações foram desapropriadas e demolidas. A Maju foi adquirida pela Marisol de Jaraguá

do Sul em 1995 e posteriormente desativada em 2002. A Ceval foi adquirida pelo oligopólio Bunge, como parte do processo de desnacionalização do setor de alimentos brasileiro.

Os pontos principais da reestruturação produtiva do Médio Vale do Itajaí foram os fechamentos, falências e concordatas; a redução dos postos de trabalho; a informalidade; a automação; a terceirização; a diversificação; a centralização de capitais; a valorização de marcas; os investimentos externos e as estruturas de apoio. Lembramos que estas manifestações da reestruturação produtiva estão interligadas em uma complexa cadeia causal.

A consequência mais perversa da reestruturação produtiva no Médio Vale do Itajaí foi a redução dos postos de trabalho, com o aumento brutal do desemprego. Em Blumenau, o setor têxtil, que empregava cerca de 40.000 trabalhadores no final da década de 1980, foi reduzido para aproximadamente 25.000 postos de trabalho em 2000, o que representa um perda de 15.000 empregos em 20 anos (A Notícia, 03/05/2002). A oferta de empregos industriais foi reduzida como consequência do fechamento de empresas, e de demissões decorrentes de reestruturação administrativa (informalidade e terceirização) e produtiva (automação). A importação de fios e tecidos, com o fechamento de setores de fiação e tecelagem, eliminou muitos postos de trabalho, assim como a automação destes setores.

Em Blumenau, apesar do crescimento constante do número de empresas desde 1985 até 2000, com a criação de 2.188 novas indústrias, o número de empregos industriais vem caindo desde 1993, com o fechamento de 11.080 postos de trabalho. No Médio Vale do Itajaí, observa-se que, apesar da perda de empregos industriais na década de noventa, houve recuperação dos postos de trabalho perdidos até o ano 2000, enquanto que, em Blumenau, a recuperação não chegou ao patamar de 1990. Mesmo com a recuperação dos postos de trabalho na região até o ano 2000, não houve recuperação dos níveis salariais. A remuneração média da região em 1990 para o setor industrial era de 5,13 salários mínimos, passando a ser de apenas 3,55 salários mínimos em 2000 (IBGE, Censo 2000).

O sistema de produção flexível implica na flexibilização também do mercado de trabalho, enfraquecendo os sindicatos, reduzindo o emprego regular e aumentando o trabalho em tempo parcial, temporário ou sub-contratado. Harvey (2004, p.93) observou que a força de trabalho assalariada global mais que duplicou nos últimos vinte anos, devido ao crescimento populacional e à inclusão da mão-de-obra de países periféricos, e que este proletariado global vive hoje em condições de exploração piores do que há vinte anos. Este foi um dos aspectos da reestruturação produtiva global que se manifestou intensamente no Médio Vale do Itajaí, com graves consequências sociais.

A informalidade está presente, indiretamente, nas redes de terceirização ou subcontratação, e, diretamente, na contratação de funcionários. No primeiro caso, atreladas ao modo de produção flexível, as redes de subcontratações são precárias e oscilam ao sabor do

mercado, não havendo garantia, para as empresas faccionistas, de uma continuidade de demanda por seus serviços. As grandes empresas ficam assim desobrigadas de manter grandes estruturas em um mercado instável, reduzindo seus custos fixos e transferindo o ônus da incerteza econômica para seus sub-contratados. A relação de dominância e dependência entre as grandes empresas e suas sub-contratadas representa a integração, de forma complementar, mas parasitária, dos circuitos inferior e superior da economia. A fragilidade das relações entre contratantes e contratadas deixa o trabalhador totalmente vulnerável à instabilidade da demanda, sem jornada de trabalho fixa, podendo tanto trabalhar noite a dentro por dias para aprontar uma encomenda, quanto ficar sem serviço, e, conseqüentemente, sem remuneração, por semanas. A variação dos estilos das confecções ao sabor da moda e as oscilações do clima afetam a demanda e podem deixar uma costureira sem serviço, principalmente quando ela se especializa, como por exemplo, na colocação de golas, ou na aplicação manual de miçangas.

Como forma de reduzir custos de produção em busca de competitividade, muitas empresas da região demitiram seus funcionários, voltando a contratá-los informalmente, sem registro em suas carteiras de trabalho. Esta é uma estratégia perversa, pois acarreta na precarização dos vínculos empregatícios, deixando o trabalhador desprovido da rede de seguridade social formada pelo seguro de saúde, aposentadoria e fundo de garantia; além de eliminar direitos trabalhistas como o 13º. salário, a licença maternidade e as férias remuneradas. Desesperançados, e sem apoio do Estado, os trabalhadores viram-se obrigados a aceitar esta perda de conquistas trabalhistas históricas, por ser o emprego informal a única alternativa para o desemprego. Como observou Tavares (1998), *"a população defende-se como pode dos efeitos nefastos do novo 'modelo econômico', refugiando-se em diversos tipos de atividades informais caracterizadas pela total desproteção, presente e futura, dos trabalhadores"*. Rompeu-se assim a tradição de seguridade do emprego da região, comentada por Pimenta (1994, p.515) em sua análise sobre industrialização e organização do território, quando havia uma política de empregar famílias inteiras, constituindo laços pessoais e valorizando a qualificação dos operários.

A predominância da mão-de-obra feminina no setor têxtil, no qual se concentra a economia do Médio Vale do Itajaí, facilitou o crescimento do trabalho informal, pois, como observou HARVEY (1998, p.146 e 2005, p.170), a força de trabalho feminino é extremamente vulnerável às práticas patriarcais, tornando-se vítima de baixas remunerações e insegurança do emprego. No segmento de confecções-vestuário as contratações informais estão mais presentes do que no segmento de cama-mesa-banho, devido às características do processo técnico que influem nas possibilidades de fragmentação das etapas de trabalho.

O Reordenamento territorial do Médio Vale do Itajaí

A reestruturação produtiva do Médio Vale do Itajaí, com uma nova divisão territorial do trabalho, está gerando um reordenamento territorial da região. Esta verdadeira revolução do setor industrial não poderia deixar de impactar o espaço regional, formando novas territorializações, uma vez que o Médio Vale do Itajaí cresceu visceralmente ligado às suas indústrias. Na verdade, foi a industrialização que impulsionou o crescimento da rede urbana a partir da antiga colônia de imigrantes alemães. Já que “*produzir é o ato de produzir espaço*” (SANTOS, 1986, p.118), novas espacialidades foram determinadas pela reestruturação do setor produtivo desta região, gerando um novo uso do território.

Para a reprodução ampliada do capital, estratégias espaciais são armas importantes para o controle de localizações estratégicas e de recursos (HARVEY, 2003, p.96). Assim, uma nova dinâmica espacial se apresenta, com as empresas ocupando e determinando novas relações em locais que se adaptam para atender às exigências do capital. Surgem novos atores e formas de organização e mesmo um novo cenário político, a partir da alteração da distribuição espacial das atividades industriais. Os principais aspectos da nova organização do espaço regional são a dispersão ou descentralização industrial regional; os novos padrões de implantação industrial intra-urbanos; os resultados espaciais do fechamento de indústrias, da automação, da terceirização e das ampliações e as novas espacialidades residenciais e comerciais.

Uma das características do regime de produção flexível, possibilitada pelos avanços tecnológicos, é a desconcentração industrial, com a dispersão da produção sobre o território, em busca de vantagens comparativas como custos salariais e incentivos fiscais. No entanto, esta dispersão costuma ocorrer de forma concentrada regionalmente, e não difusa, formando regiões especializadas, economicamente dinâmicas, não apenas nas áreas de influência das metrópoles, mas explorando também as externalidades positivas das cidades médias. Se a saturação das metrópoles e grandes cidades representa, cada vez mais, deseconomias em função dos congestionamentos e dos custos da terra, da infra-estrutura e da mão-de-obra, as cidades médias apresentam-se como uma opção locacional privilegiada para o capital industrial. Isto leva à desconcentração da atividade produtiva, redefinindo as relações entre os sistemas urbanos.

Esta dispersão também é percebida no Médio Vale do Itajaí. Concentradas inicialmente em Blumenau, as indústrias da região, a partir da década de setenta, com a saturação das áreas planas e do sistema viário, e mais tarde, com as grandes enchentes de 1983 e 1984, buscaram áreas mais elevadas e de fácil acesso rodoviário, iniciando o processo de reorganização descentralizada da atividade produtiva, denominada de descentralização, dispersão ou desconcentração espacial. Três tipos de situações geraram esta dispersão no

Médio Vale do Itajaí: houve a abertura de filiais de empresas sediadas em Blumenau em municípios da região; houve a transferência ou relocação de indústrias de Blumenau para municípios vizinhos; e houve a vinda de novas empresas para a região, dando preferência a se instalar fora do município pólo.

Este aparente "esvaziamento" de Blumenau afeta a percepção do processo de reestruturação produtiva e reordenamento territorial, que é visto inicialmente como crise, mas que se caracteriza principalmente, como transformação econômica e espacial, uma vez que a perda do setor industrial é parcialmente compensada pelo crescimento do setor terciário; e a dispersão da atividade industrial dinamizou a economia regional. Percebe-se, também, que o período recessivo, com a redução do número de empregos industriais, manifestou-se em Blumenau a partir da década de 1980, ao passo que, nos demais municípios da região, o número de empregos industriais manteve-se em crescimento.

A análise fica mais interessante, no entanto, quando os dados populacionais dos municípios do Médio Vale do Itajaí são relacionados com o número de empregos e empresas industriais, pois a dominância de Blumenau na região desaparece na análise *per capita*, e o município-pólo passa a ser o que apresentava, em 2.000, a menor relação de empresas industriais por 1.000 habitantes da região. Cruzando-se os dados populacionais com o número de empregos industriais nos municípios da região no período 1970 a 2000, percebemos que Blumenau é o único município da região no qual esta relação vem caindo desde a década de 1980. Percebe-se também que, em 2000, Timbó era o município com a mais alta relação de empregos industriais para cada mil habitantes na região, com uma média de quase um emprego industrial para cada quatro habitantes, enquanto que em Blumenau esta relação era de aproximadamente um emprego industrial para cada oito habitantes.

Se os dados analisados demonstram claramente a dispersão das indústrias na região, a pergunta que surge é por que Blumenau perdeu a preferência como localização industrial? Deve ser lembrado, inicialmente, que originalmente o território do Município de Blumenau abrangia quase todos os municípios da região, e que várias das empresas industriais mais antigas situam-se em áreas que faziam parte de Blumenau, mas com os sucessivos desmembramentos passaram a fazer parte de outros municípios. Mas ainda sim, a atual dispersão industrial, característica também da produção flexível, é resultado de uma série de deseconomias de Blumenau. Em primeiro lugar, a saturação de suas áreas urbanizáveis, em função das enchentes e do relevo acidentado. Isto torna as áreas planas e não inundáveis escassas e supervalorizadas. Outras questões são o trânsito congestionado, que dificulta o escoamento da produção; a mão-de-obra mais cara e mais organizada em termos sindicais; e a falta de agilidade na concessão de incentivos.

As cidades polarizadas por Blumenau não funcionam como cidades dormitório, pois contam com indústrias próprias que absorvem a mão-de-obra local. Apenas 16% dos trabalhadores das indústrias de Blumenau residem em outros municípios (SIEBERT e PEIXER, 2001). Isto comprova a autosuficiência dos municípios do Médio Vale do Itajaí, que tiveram sua economia dinamizada pela dispersão industrial, em termos de geração de empregos no setor secundário. A mesma pesquisa apontou que Blumenau continua polarizando sua região em termos de comércio e prestação de serviços especializados. Neste processo de reorganização produtiva do território, com nova divisão territorial do trabalho, a rede urbana do Médio Vale do Itajaí tornou-se mais equilibrada, reduzindo-se o grau de dependência das cidades médias em relação a Blumenau. Caracteriza-se, assim, a nova hierarquia urbana preconizada por Santos (1979, p.228 e 1994, p.55), calcada na desconcentração da atividade industrial, com redução das desigualdades territoriais (SIEBERT, 1999, p.114). Apesar do processo regional de dispersão industrial em andamento, Blumenau continua sendo o município mais industrializado da região, com 34,16% do total de indústrias e 40,46% do total de empregos industriais do Médio Vale do Itajaí em 2000 (SIEBERT e TRIBESS, 2002). Os municípios contíguos a Blumenau, como Indaial, Gaspar e Pomerode, foram os mais beneficiados na dispersão industrial, devido à proximidade geográfica, caracterizando, como no caso nacional, uma desconcentração concentrada. Os municípios periféricos, como Dr. Pedrinho e Rio dos Cedros, apresentam-se como áreas menos dinâmicas. Brusque manteve sua característica de sub-pólo regional e Guabiruba, em sua área de influência, beneficia-se com expressivo crescimento.

A terceirização ou desverticalização do processo produtivo também gerou uma resultante espacial, pois à medida que setores ou departamentos eram desativados dentro das indústrias, surgiam na vizinhança pequenas empresas prestadoras de serviço, como já vimos, muitas vezes constituídas por ex-funcionários. As redes de sub-contratação envolvem muitas vezes – mas nem sempre – a proximidade física entre contratantes e contratadas. Existem redes de sub-contratação intra-municipais, inter-municipais, e até mesmo inter-estaduais. Ou seja, as empresas encontram-se descentralizadas, mas conectadas em rede.

A reestruturação produtiva reconfigurou o território do Médio Vale do Itajaí, demonstrando que o espaço geográfico é, cada vez mais, um elemento estratégico para o processo de reprodução ampliada do capital. Se Blumenau perdeu parte de sua centralidade com a dispersão industrial, consolidou, simultaneamente, sua condição de pólo regional como prestadora de serviços especializados.

Conclusão

O objetivo central desta análise foi a interpretação das transformações recentes na estrutura sócioespacial do território, e da dinâmica que o processo de reestruturação produtiva

impõe à produção do espaço. No período da reestruturação produtiva não houve planejamento estatal de longo prazo para o desenvolvimento, apenas sucessivos planos econômicos de estabilização da economia. Também não houve, no período, uma política industrial coerente e eficaz. A implantação do modelo neo-liberal de Estado mínimo e primazia do mercado trouxe a desregulamentação financeira, a abertura de mercado e a privatização de empresas estatais. A competição com empresas e produtos estrangeiros forçou a indústria nacional a se reestruturar em busca de competitividade. Com o Plano Real em 1994, foi obtida a estabilização da moeda, mas as altas taxas de juros e a sobrevalorização da moeda significaram novo golpe para a indústria brasileira, dificultando os investimentos produtivos e as exportações. O saldo do período foi a inserção do país na divisão internacional do trabalho às custas do fechamento de empresas privadas, da privatização de empresas estatais, da desnacionalização de grande parte do parque industrial brasileiro, e do crescimento do desemprego e da informalidade.

Dos setores industriais brasileiros, o setor têxtil foi um dos mais atingidos pela abertura comercial, em função de sua defasagem tecnológica e gerencial. Para sobreviver e fazer frente à concorrência internacional, foi necessária uma abrangente reestruturação produtiva. Este processo se manifestou também em nossa área de estudo, o Médio Vale do Itajaí-SC, região polarizada por Blumenau, cuja industrialização remonta ao século XIX e se concentra no setor têxtil e que foi reconfigurado para se adaptar ao novo modo de produção. Como um abalo sísmico, a onda da globalização tudo transformou. Empresas tradicionais deixaram de existir ou sofreram transformações profundas.

Se o impacto econômico foi brutal, o impacto social foi avassalador, com níveis de desemprego nunca antes vistos. Mas, notem bem: a região não sucumbiu - não se desindustrializou ou desnacionalizou. Ela conseguiu, a duras penas, adaptar-se ao novo modo de produção flexível, e emergiu renovada deste processo. O meio técnico-científico informacional instalou-se sobre o território, e a mais visível resultante espacial deste processo é a dispersão da atividade industrial a partir de Blumenau, que foi o núcleo da transformação econômica regional. O processo que foi visto como crise na cidade pólo, pode ser considerado transformação quando ampliamos o recorte espacial da análise para a região. Formou-se assim um sistema ou arranjo produtivo local dinâmico integrando os municípios da região.

Apesar da crise econômica enfrentada, o Médio Vale do Itajaí ainda pode ser considerado um “região ganhadora”, sobressaindo-se no panorama do desenvolvimento socioeconômico estadual e mesmo nacional. A região conseguiu se manter competitiva às custas de um doloroso processo de reestruturação produtiva, movido a falências, demissões, automação e subcontratação, com o conseqüente ônus social da precarização das relações de trabalho. As empresas buscaram competitividade terceirizando não apenas partes do processo

produtivo e setores administrativos, mas também terceirizando, para o trabalhador, o risco inerente à atividade empresarial. Na informalidade, ou subcontratado, o trabalhador deixa de ser uma despesa fixa e pode ser descartado quando o mercado se retrai, sendo chamado novamente quando surgem novos pedidos.

A sobrevivência da região não pode ser atribuída a nenhuma política pública de desenvolvimento industrial, seja ela federal, estadual ou municipal. Apesar disto, o Estado, em seus diversos níveis, teve participação direta e indireta neste processo, pois a reestruturação se deu por vezes com o apoio governamental e por vezes superando as dificuldades criadas pelo próprio governo. A ação do Estado foi, muitas vezes, descoordenada e mesmo equivocada, mal direcionada, deixando de apoiar a pequena empresa e a geração de emprego, e colocando-se a serviço do capital e de interesses externos.

No novo cenário de uma ordem mundial globalizada, o papel do Estado como formulador de políticas públicas e indutor/promotor do desenvolvimento deve ser repensado. O modelo neoliberal de livre mercado e estado mínimo não gerou desenvolvimento, mas desemprego e exclusão. O desmonte do Estado não gerou economia, mas ineficiência. Para fazer frente ao processo de globalização, precisamos de um Estado apto a planejar, de forma estratégica, a integração com a economia mundial. O apoio à industrialização deve visar o crescimento continuado e a geração de empregos, com a redução da concentração de renda.

Bibliografia

BNDES - **Análise conjuntural da indústria confeccionista brasileira**. Brasília, 1996.

CAMPOS, Renato Ramos, CÁRIO, Sílvio Antonio Ferraz e NICOLAU, José Antonio.

Arranjo produtivo têxtil – vestuário do Vale do Itajaí - SC. Rio de Janeiro: IE – Instituto de Economia da UFRJ, 2000.

CASTRO, Antonio Barros de. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90 - uma interpretação. In: **Revista de Economia Política**, vol.21, n.3 (83), julho-setembro 2001. São Paulo.

CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GEIGER, Pedro Pinchas. Refletindo sobre a regionalização no Brasil e a hipótese da cidade/região global: um ensaio. In: **Ética, planejamento e construção democrática do espaço. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro. ANPUR, 2001, vol III,p.1745-1762.

GUIMARÃES, Eduardo Augusto. **A experiência recente da política industrial no Brasil: uma avaliação**. texto para discussão n. 409. Brasília: IPEA, 1996.

- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- _____. **The new imperialism**. New York: Oxford University Press, 2003. 253p.
- _____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004. 382p.
- IBGE. **Censo 2000**.
- KLINK, Jeroen Johannes. **A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LACERDA, Antonio Corrêa de. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.
- LIMA, Daniela Morelli de. **Americana em um século: a evolução urbana em uma cidade industrial de porte médio**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.
- LIPIETZ, Alain. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1988. 231p.
- LOJKINE, Jean. Alternativas em face da mundialização: a instituição municipal, mediação entre empresa e sociedade. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (org). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MAGHELI, Flávio Renato Keim. **Desverticalização produtiva e relações interfirmas no aglomerado têxtil-vestuário do Vale do Itajaí**. Florianópolis, 2001. 176 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- MATTOSO, Jorge. Produção e Emprego: renascer das cinzas. In: LESBAUPIN, Ivo (org). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. 3. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2000. 199p.
- PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **Industrialisation et organisation du territoire: le cas de l'industrie textile et de la confection au Brésil**. Paris, 1994. Tese (Doutorado) – Université de Paris IV - Sorbonne. Orientador: Paul Claval.
- _____. A expansão da atividade têxtil e da confecção em Santa Catarina. In: **GEOSUL** – Revista do Departamento de Geociências – CFH. V. 11, n.º. 21/22, p. 58-91, Florianópolis, 1996.
- _____. Uma outra pobreza urbana. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. 304p.
- PIQUET, Rosélia. O parque industrial metropolitano do Rio de Janeiro ganha novo perfil e emprega menos. In: PIQUET, Rosélia (org.). **Rio de Janeiro, perfis de uma metrópole em mutação**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2000.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- _____. **Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

- _____. **Por uma economia política da cidade** São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SCOTT, J. Allen. **Regions and the world economy: the coming shape of global production, competition and political order**. New York: Oxford University Press, 2000.
- SCOTT, J. Allen e STORPER, Michael. Regions, globalization, development. In: **Regional Studies**, vol. 37: 6&7, p.579-593, 2003.
- SIEBERT, Claudia. **Estruturação e desenvolvimento da rede urbana do Vale do Itajaí**. Blumenau: Editora da FURB, 1996.
- _____. **A evolução urbana de Blumenau-SC: o (des)controle urbanístico e a exclusão sócio-espacial**. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Margareth de Castro Afeche Pimenta.
- _____. **Indústria e Estado: a Reestruturação Produtiva e o Reordenamento Territorial do Médio Vale do Itajaí**. Florianópolis, 2006. Tese de Doutorado. – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Margareth de Castro Afeche Pimenta.
- SIEBERT, Claudia e PEIXER, Keila. **Análise dos Vínculos Socioeconômicos Regionais do Médio Vale do Itajaí**. Relatório de Pesquisa - PIBIC 2000.
- SIEBERT, Claudia e TRIBESS, Suelen Margot. **Reestruturação urbano-industrial no Médio Vale do Itajaí**. Relatório de Pesquisa. PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica CNPq/FURB. Blumenau - SC, 2002.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- _____. **O Brasil na crise: perigos e oportunidades**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.
- STORPER, Michael. A industrialização e a questão regional no terceiro mundo. In: VALADARES, Lícia e PRETEICELLE, Edmund. **Reestruturação urbana: tendências e desafio**. São Paulo: Nobel / IUPERJ, 1990.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro – ensaios sobre a economia brasileira**. 10ª. edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 263p.
- _____. **Emprego versus desemprego**. In: Folha de São Paulo, 16/08/1998b.

www.anoticia.com.br

www.expressão.com.br

www.furb.br/observatorio